

PLANO ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS GESTORES, TRABALHADORES E CONSELHEIROS DO SUAS DE ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL PERÍODO: 2020-2023

> Fortaleza – Ceará Fevereiro/ 2020

GOVERNADOR DO ESTADO CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

VICE-GOVERNADOR MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS – SPS MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PROTEÇÃO SOCIAL FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SEBASTIÃO LOPES ARAÚJO

COORDENADORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA**

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MARY ANNE LIBÓRIO DE PATRÍCIO RIBEIRO

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

Equipe de Elaboração:

Coordenadoria de Gestão do SUAS

Célia Maria de Souza Melo Lima

Célula de Vigilância Socioassistencial

Delza Maria Barata Alencar

Célula de Regulação, Gestão do Trabalho e Educação Permanente Socioassistencial

Célia Leite Carvalho

Técnicos:

Augusto César Barbosa de Oliveira Maria Meiriane dos Santos Torres Raimunda Nonata Marques Normando

Coordenadoria de Proteção Social Básica

Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

Coordenadoria de Proteção Social Especial

Mônica Regina Gondim Feitosa

Célula de Proteção Social de Média Complexidade

Maria Heurenice Moura de Souza

Célula de Proteção Social de Alta Complexidade

José William Porto Maciel

PLANO DE APOIO TÉCNICO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS GESTORES, TRABALHADORES E CONSELHEIROS DO SUAS DE ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL

PERÍODO: 2020-2023

SUMÁRIO

- 1. FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO
- 2. IDENTIFICAÇÃO
- 3. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CEARÁ
 - **3.1** A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E SETORIAL DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS
 - 3.2 PERFIL DOS TRABALHADORES NO ÂMBITO ESTADUAL
 - 3.3 O PERFIL DOS TRABALHADORES NO ÂMBITO MUNICIPAL
 - 3.4 O PERFIL DOS TRABALHADORES DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO
- 3.5 PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS
 - 4. OBJETIVOS
 - **4.1.**OBJETIVO GERAL
 - 4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- 5. METAS
- **6**. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO/ DEFINIÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
 - **6.1**.COORDENADORIA DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 - 6.2. COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
 - 6.3. PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS CRIANÇA FELIZ
 - 6.4.COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
 - 6.5. PROARES
- 7. MONITORAMENTO
- 8. AVALIAÇÃO

1. FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO

A Política de Assistência Social vive um momento de transformações, a partir de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e com a Norma Operacional Básica que regula o Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2005 e a NOB-SUAS/RH de 2006, NOB/SUAS-2012 Plano Nacional de Educação Permanente.

Os esforços da área se voltam agora para a consolidação dessa nova institucionalidade pública de assistência social, visando aprofundar os processos de descentralização e cooperação federativa, introduzindo novas matrizes conceituais, padronizando sistemas de organização e gestão das proteções sociais básicas e proteção social especial, criando novo padrão de financiamento, na perspectiva de integrar as esferas de governo em torno de um projeto nacional de assistência social no campo do direito e da cidadania, público e democrático, respeitando as diversidades regionais e locais.

Nesse cenário, a questão do trabalho na assistência social ganha maior complexidade, de modo mais abrangente os diferentes profissionais responsáveis pelos programas, projetos, serviços e benefícios nas equipes multidisciplinares, compostas por assistentes sociais, psicólogos, educadores, sociólogos, dentre outros, bem como gestores e conselheiros responsáveis pelo controle social, os mesmos necessitam desenvolver referenciais a partir dos quais pudessem identificar enquanto trabalhadores da assistência social. Dessa forma enfrentar o desafio de construir e consolidar o perfil desse trabalhador, faz-se necessário numa dimensão de interesse público associado à sua função, ligada a democracia, com afirmação de direitos e com processos emancipatórios da população.

Tal processo requer agregação e o domínio de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, para enfrentar as exigências requeridas pelo aparato técnico e institucional a ser colocado em operação.

O momento é de redefinição das formas de gestão do trabalho na assistência social, de negociação e pactuação de mecanismos permanentes de qualificação, da adoção de

sistemas de avaliação continuada que coloque o tema da capacitação dos trabalhadores como questão estratégica a ser enfrentada.

De fato a questão dos recursos humanos adquire destaque especial, pois além de redundar na qualidade dos serviços socioassistenciais, constituem a "tecnologia básica", base fundante do SUAS, por ser uma área de prestação de serviços públicos cuja mediação principal é o próprio profissional. O trabalho da assistência social está fortemente apoiado no conhecimento e na formação técnica e política do seu quadro de pessoal, consequentemente envolve as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnica operativa.

Diferentemente de outras políticas públicas, cujo trabalho profissional é exercido por múltiplos agentes e trabalhadores de diferentes níveis de escolaridades, o trabalho na assistência social é basicamente exercido por profissionais de nível superior, responsáveis pela produção de respostas qualificadas às necessidades sociais dos usuários.

Como analisa Sposati (2006:104): "Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. A assistência social não opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano". De fato o trabalho na assistência social é totalmente dependente da capacidade e do saber da força de trabalho humano.

Dessa forma, o estado como coordenador da Política de Assistência Social em seu âmbito tem como uma de suas principais atribuições de acordo com a NOB/SUAS -2012 a função de capacitar os trabalhadores do SUAS em âmbito estadual e municipal.

Nesse contexto, este plano de apoio técnico e educação permanente, visa o aprimoramento da política pública de assistência social, por meio da construção coletiva de novos saberes, habilidades e práticas na gestão, prestação de serviços e controle social, serão organizadas e ofertadas segundo a noção de Percursos Formativos tendo como base:

- Gestão do SUAS, engloba as diferentes ações de formação e capacitação destinadas à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de gestão do SUAS, em consonância às normativas vigentes;
- Provimento de serviços e benefícios socioassistenciais, inclui as diferentes ações de formação e capacitação destinadas especificamente à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de provimento de serviços e benefícios, relacionadas às: a) competências individuais relacionadas ao desempenho da função e atribuição laboral que cada profissional desempenha no quadro das Equipes de Referência ou nas atividades de apoio finalístico a estas; b) relacionadas à articulação e combinação sinérgica dessas competências individuais para a resolução de problemas e a consecução de objetivos comuns às equipes;
- Controle social, inclui as diferentes ações de formação e capacitação destinadas especificamente à geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de controle social do SUAS.

Em torno deles serão planejadas, formatadas, ofertadas e realizadas as ações, compreendidas no escopo desta política, que possui tipos de ações de formação e capacitação definidos a seguir:

- Capacitação Introdutória, sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 20 e 40 horas/aula de duração, que tenham por finalidade promover o nivelamento de competências basilares ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas.
- Capacitação de Atualização, sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 40 e 100 horas/aula de duração, as quais tenham por finalidade atualizar e manter as competências necessárias ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas.

• Supervisão Técnica, sob essa denominação poderão ser concebidas e realizadas ações de capacitação em serviço, que tenham por finalidade apoiar e acompanhar as equipes de trabalho no desenvolvimento das funções de gestão do SUAS e de provimento de serviços e benefícios socioassistenciais.

As ações de formação obedecem às determinações legais do Ministério da Educação (MEC) que a elas digam respeito.

- Formação técnica de nível médio: Ação de formação de longa duração, com carga horária mínima de 1.800 horas/ aula, dirigida especificamente para os trabalhadores de nível médio, com a finalidade de qualificá-los nas competências necessárias e essenciais ao desenvolvimento das atividades de apoio ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.
- Aperfeiçoamento: Sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de formação com carga horária de 180 horas/aula de duração, as quais são destinadas, exclusivamente, a trabalhadores e conselheiros, portadores de diploma de Graduação e que têm por finalidade gerar, aprimorar e aperfeiçoar as competências necessárias e essenciais ao desenvolvimento das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas.
- Especialização: Sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de formação com carga horária mínima de 360 horas/aula de duração, com a finalidade de permitir o aprofundamento dos profissionais e a elaboração de pesquisas em uma área específica do conhecimento, assim como a geração de novas competências para o SUAS. Esse tipo de formação destina-se exclusivamente a trabalhadores e conselheiros portadores de diploma de Ensino Superior.
- Mestrado: Ação de formação de longa duração (cerca de 2 anos de curso) que tem por finalidade a realização de estudos aprofundados e a elaboração de pesquisas direcionadas a investigar e a responder a questões e problemáticas que digam respeito ao cotidiano e aos desafios do trabalho e da intervenção profissional no SUAS. Esse tipo de formação destina-se exclusivamente a trabalhadores e conselheiros portadores de diploma de Ensino Superior.

Quanto a certificação, devem ser considerados válidos, no âmbito do sistema, para todos os motivos que se fizerem necessários, os certificados emitidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que compõem a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

O plano estadual de capacitação ora apresentado é resultado das discussões realizadas, junto aos municípios cearenses no que se refere as suas demandas em relação ao ente estadual, bem como nas necessidades identificadas por ocasião de visitas técnicas e de monitoramentos, com centralidade no processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS no âmbito estadual e municipal.

Importante salientar que o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovado no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, respectivamente, por meio das resoluções nº 12/2020 e nº 33/2020. Ressalta-se que o Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do Estado de Ceará – NUEEP emitiu parecer favorável de nº 001/2020 para a execução e certificação pela SPS das ações deste plano.

2. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Órgão Gestor responsável pela política de assistência social: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS

Endereço: Rua Soriano Albuquerque Nº 230

CEP: 60.130-160 UF: CE Município: Fortaleza

Nome do gestor responsável pela elaboração do PEP/SUAS:

CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA

Cargo/Função: Assistente Social

CPF: 27565629391 | Telefone fixo: (85) 31014611

Celular: (85) 99657.4419 E-mail: celia.souza@sps.ce.gov.br

Equipe responsável pela elaboração do Plano

Nome: CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA

CPF: 081.307.793-15
Telefone: (85) 99657.4419
Cargo/Função: Assistente Social
E-mail: celia.souza@sps.ce.gov.br

Nome: CÉLIA LEITE CARVALHO

CPF: 073.830.883-87

Telefone: (85)9.9851-0008

Cargo/Função: Advogada/ Orientadora de Célula

Email: celia.leite@sps.ce.gov.br

Nome: AUGUSTO CÉSAR BARBOSA DE OLIVEIRA

CPF: 381.764.403-53 Telefone: (85) 3101-4576

Cargo/Função: Técnico em atendimento E-mail: <u>augusto.oliveira@sps.ce.gov.br</u>

Nome: MARIA MEIRIANE DOS SANTOS TORRES

CPF: 026.875.833-67
Telefone: (85) 9.9710-7764
Cargo/Função: Assistente Social
Email: meiri.torres@hotmail.com

Nome: RAIMUNDA NONATA MARQUES NORMANDO

CPF: 553.674.533-68
Telefone: (85)9.8670-8366
Cargo/Função: Assistente Social
E-mail: rainormando@hotmail.com

Nome: MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

CPF: 247.909.153-87 Telefone:(85) 3101-4573

Cargo/Função: Coordenadora de Proteção Social Especial

E-mail: monica.gondim@sps.ce.gov.br

Nome: MARY ANNE LIBÓRIO DE PATRÍCIO RIBEIRO

Telefone: (85) 3101-4589

Cargo/Função: Coordenadora de Proteção Social Básica

E-mail: maryanne.liborio@sps.ce.gov.br

Vinculação ou Representação (informar o local de trabalho/ instituição /entidade a que se

vincula ou representa):

3.DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CEARÁ

Com o objetivo implementar o SUAS no Estado do Ceará, o órgão gestor estadual da Política de Assistência Social realizou a revisão de sua missão e estrutura organizacional, passando a ser denominada Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).

A Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, criada pela Lei nº 16.710, de 21 de Dezembro de 2018, e alterada pela Lei nº 16.863 de 15 de Abril de 2019 e reestruturada consoante estabelece o Decreto nº 33.107 de 24 de Junho de 2019 e o

Decreto 33.172 de 31 de Julho de 2019. Constitui órgão da Administração Direta Estadual, de natureza substantiva, regendo-se pelas normas internas e a legislação pertinente, tendo como visão de futuro ser referência nacional:

- Na Implantação de politicas públicas inclusivas;
- Na consolidação da politica pública da primeira infância;
- Na consolidação da política pública da juventude;
- Na implantação de programas de prevenção ao uso de drogas em parceria com toda sociedade;
- Na inovação no sistema de proteção de pessoas (CRAVV, Sistema de Proteção a Pessoa e a criação de um Programa de Proteção Provisoria);
- Na transformação da cultura de violência contra a mulher, assegurando a igualdade de gênero e justiça social;
- Na redução da extrema pobreza;
- Na redução da violência contra pessoas vulneráveis (crianças, adolescentes, idosas, com deficiência, negra e povos de comunidades tradicionais);
- Na gestão de recursos públicos.

A Secretaria da Proteção Social, tem como propósito promover a proteção e inclusão sócio produtiva de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, de modo que, efetive a melhoria da qualidade de vida no Estado do Ceará.

3.1 A estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) é a seguinte:

I-DIREÇÃO SUPERIOR

 Secretário da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos

II-GERÊNCIA SUPERIOR

- Secretária Executivo da Proteção Social
- Secretária Executivo de Política para as Mulheres
- Secretária Executivo de Cidadania e Direitos Humanos
- Secretária Executivo de Politicas sobre Drogas
- Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna

III-ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Controle Interno
- Assessoria de Comunicação
- Assessoria Especial de Programas e Projetos
- Ouvidoria dos Direitos Humanos
- Ouvidoria

IV-ÓRGÃOS DE EXECUCÃO PROGRAMÁTICA

- Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
 - Célula de Vigilância Socioassistencial
- Célula de Regulação, Gestão do Trabalho e Educação Permanente Socioassistencial

- Coordenadoria de Proteção Social Básica

- Célula de Acompanhamento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais
 - Núcleo de Ações Socioassistenciais de Proteção Social Básica
 - Célula de Programas e Projetos
 - Núcleo Espaço Viva Gente
 - Célula de Transferência de Renda
 - Núcleo de Gestão de Benefícios Socioassistenciais e Transferência

de Renda

Célula de Segurança Alimentar e Nutricional

- Coordenadoria de Proteção Social Especial

- Núcleo de Serviços Regionalizados
- Célula de Atenção a Média Complexidade
- Núcleo Centro de Referência Especializada de Assistência Social de

Fortaleza

- Núcleo Centro de Referência Especializada de Assistência Social Creas Regional do Cariri
 - Célula de Atenção a Alta Complexidade
 - Núcleo de Acolhimento Tia Júlia
 - Núcleo de Residências Inclusivas
 - Núcleo Casa do Caminho
 - Núcleo de Acolhimento de Idosos
 - Núcleo Casa de Acolhimento

Coordenadoria de Inclusão Social

- Célula de Integração dos Programas Sociais
- Célula de Centro de Profissionalização Inclusiva de Pessoas com Deficiência-CEPID
 - Célula de Inclusão Produtiva
 - Núcleo de Iniciação profissional
 - Núcleo Escola de Vida Sabor e Arte-Evisa

- Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato

- Célula de Apoio à Organização da Produção Artesanal
- Célula de Apoio à Comercialização
- Célula de Cerificação
- Célula de Gerenciamento do Complexo CEART
- Coordenadoria de Politicas sobre Drogas
- Coordenadoria de Politicas Públicas para Mulheres
- Célula de Articulação Regional de Politicas para as Mulheres
- Célula de Programas e Ações Temáticas de Politicas para as Mulheres
- Célula do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher

- Coordenadoria Especial de Politicas Públicas para as pessoas Idosas e as pessoas com Deficiência

- Célula de Relações Institucionais e articulação das Politicas Públicas para pessoas Idosas e pessoas com Deficiência
- Célula de Programas, Projetos e Ações temáticas de politicas Públicas para pessoas Idosas e pessoas com Deficiência

- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial

- Célula de Articulação Regional de Promoção da Igualdade Racial
- Célula de Programas e Ações Temática de Promoção da Igualdade

Racial

- Coordenadoria de Políticas Públicas dos Direitos Humanos
- Célula de Relações Institucionais e Articulação Regional dos Direitos

Humanos

• Célula de Programas e Ações Afirmativas de Políticas dos Direitos

Humanos

• Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

• Célula de Articulação e Promoção da Cidadania para a População

LGBT

- Célula de Programas e Projetos para a População LGBT
- Coordenadoria de Cidadania
- Célula de Gerenciamento das Casas de Mediação
- Célula das Unidades Integradas de Atendimento ao Cidadão –
 Programa Vapt-Vupt
 - Célula do Centro de Referência e Apoio a Vítima de Violência
 - Núcleo de Apoio à Cidadania
 - Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção as Pessoas
 - Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
 - Núcleo do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante
 - Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) PROARES

V-ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

- Coordenadoria de Planejamento

• Célula de Planejamento, Orçamento e Monitoramento

- Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional

Célula de Gestão de Processos

- Coordenadoria Financeira

- Célula Financeira
- Núcleo de Contabilidade e Pagamentos
- Núcleo de Contratos e Convênios

- Coordenadoria Administrativa

- Célula de Aquisições
- Célula de Logística e Patrimônio

- Coordenadoria de Gestão de Pessoas

- Núcleo de Concessão de Benefícios Previdenciários
- Célula de Desenvolvimento de Pessoas

- Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

VI- ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
- Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítima e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará
- Coordenação Estadual do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos
 - Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Ceará
- Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Cemigtrap)
 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca)
 - Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas)
 - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso (Cedi)
 - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará

(Consea-CE)

- Comissão Intergestora Bipartite (CIB)
- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
- Conselho Cearense dos Direitos da Mulher
- Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Ceará

(COETRAE)

- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDEF)
- Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou (CEAWS)

- Comitê Estadual de Politica Públicas Para População em Situação de Rua
- Conselho Cearense de Artesanato
- Conselho Interinstitucional de Politicas Sobre Drogas
- Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra mulheres do Campo e da Floresta
- Comitê Consultivo Intersetorial das Politicas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará

Em relação ao perfil dos trabalhadores do SUAS de âmbito estadual e municipal foi constatado (tomando-se por referência o Censo SUAS/2018):

3.2. Perfil dos trabalhadores da Assistência Social no Estado do Ceará

De acordo com o Censo SUAS 2018 o Estado do Ceará conta com o total de 16.634 trabalhadores, distribuídos na gestão, serviços, e controle social. A tabela abaixo mostra a distribuição desse trabalhadores em nível estadual e municipal

QUANTITATIVO DE TRABALHADORES GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL

TRABALHADORES	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Gestão	366	2.873	3.239
Serviços	570	12.443	13.013
Controle Social	12	370	382
Total	948	15.686	16.634

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

3.2.1 Profissionais da Assistência Social na Gestão Municipal

Os critérios utilizados pelo Ministério da Cidadania, para o CENSO/SUAS/2018, consideraram os seguintes graus de escolaridade: ensino superior completo e incompleto; ensino médio completo e incompleto; ensino fundamental completo e incompleto; especialização; mestrado; doutorado e sem escolaridade.

Os dados a seguir revela o perfil dos profissionais da gestão do SUAS nos municípios. Dessa forma, passa-se a apresentar o mencionado perfil, com ênfase na escolaridade/vínculo desses profissionais.

a. Escolaridade / Vínculo – Gestão Municipal

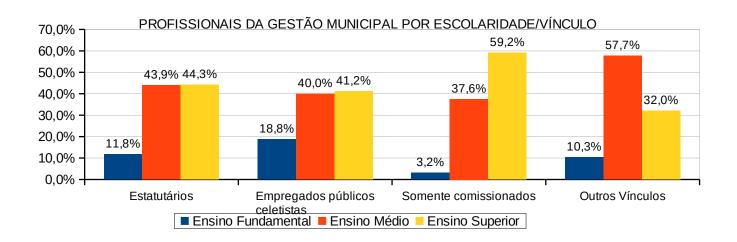
A Tabela e o Gráfico 01 a seguir, apresentam a distribuição dos trabalhadores da gestão municipal do SUAS, referente ao ano de 2018, conforme a escolaridade e o vínculo empregatício.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO MUNICIPAL POR ESCOLARIDADE/VÍNCULO

	VÍNCULO								
ESCOLARIDADE	Estatutários	Empregados públicos celetistas	Somente comissionados	Outros Vínculos	Total	%			
Ensino Fundamental (261)	95	16	25	125	261	9,1%			
Ensino Médio (1376)	354	34	290	698	1.376	47,9%			
Ensino Superior (1236)	357	35	457	387	1.236	43,0%			
Total	806	85	772	1.210	2.873	100,0%			

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 01



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

É possível verificar que a maioria dos trabalhadores 47,9% da gestão municipal possui o ensino médio, enquanto que 43,0% são de nível superior e 9,1% possui apenas o ensino fundamental.

Do total de 2.873 trabalhadores da gestão municipal, 1.210 possuem outros vínculos empregatícios e destes, 698 têm o ensino médio; 387 são de nível superior e 125

possuem ensino fundamental. São estatutários 806, dos quais 354 com ensino médio; 357 com ensino superior e 95 com ensino fundamental. Os celetistas somam 85, destes 34 possui nível médio; 35 de nível superior e 16 de nível fundamental. São 772 trabalhadores em cargos comissionados, dos quais 290 têm o ensino médio; 457 de nível superior e 25 possuem o ensino fundamental.

3.2.2 O perfil dos trabalhadores no âmbito estadual

a) Escolaridade / Vínculo - Gestão Estadual

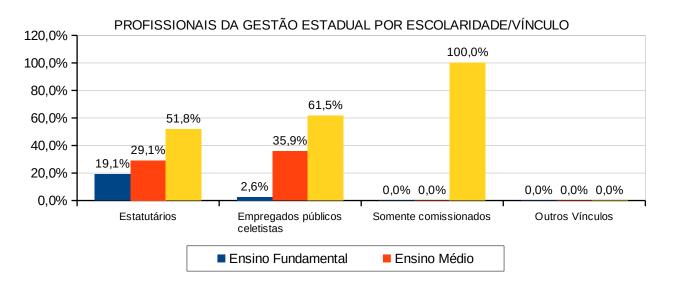
A relação entre a escolaridade e o vínculo dos que compõem a gestão da Assistência Social no Estado do Ceará está descrita, de acordo com dados do Censo/SUAS/2018, no quadro a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESTADUAL POR ESCOLARIDADE/VÍNCULO

	VÍNCULO								
ESCOLARIDADE	Estatutários	Empregado s públicos celetistas	Somente comissionad os	Outros Vínculos	Total	%			
Ensino Fundamental	21	1	0	46	68	18,6%			
Ensino Médio	32	14	0	94	140	38,3%			
Ensino Superior	57	24	1	76	158	43,2%			
Total	110	39	1	216	366	100,0%			

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 02



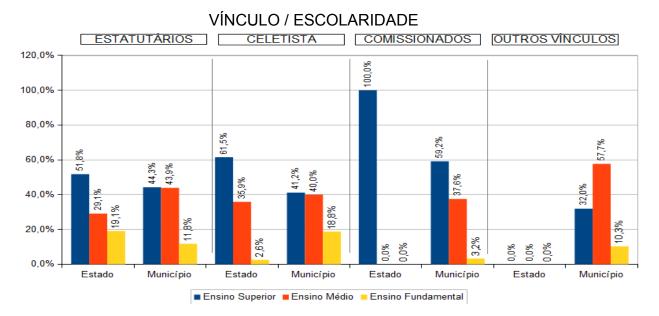
A Gestão Estadual, possui um total de 366 profissionais, sendo na sua maioria trabalhadores que possuem ensino superior totalizando 158 o que correspondente a 43,2%, sendo 57 estatutários; 24 celetistas e 01 ocupante de cargo comissionado, ou seja, possuem contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Os que possuem o ensino médio somam 140, o que corresponde 38,3%, sendo 32 estatutários, 14 celestitas e nenhum comissionado. Os que possuem o ensino fundamental somam 68, correspondendo 18,6%, sendo 21 estatutários e 01 celetistas e nenhum comissionado.

Para uma melhor compreensão da situação dos recursos humanos alocados na Gestão Municipal e Estadual, apresenta-se a seguir o consolidado das respectivas gestões.

ESCOLARIDADE / VÍNCULO GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL

ESCOLARIDADE	Estat	utário	Cele	etista	Comis	sionados		itros culos	TOT	TAL .	%
	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.	Muni.	Est.
Ensino Superior	57	357	24	35	1	457	76	387	158	1.236	43,2%
Ensino Médio	32	354	14	34	0	290	94	698	140	1.376	38,3%
Ensino Fundamental	21	95	1	16	0	25	46	125	68	261	18,6%
TOTAL	110	806	39	85	1	772	216	1.210	366	2.873	100,0%

GRÁFICO 03



Os números da gestão municipal constantes da Tabela acima compreendem todos os

184 municípios do estado, portanto, conforme se pode verificar, esses números são mais

elevados em relação à gestão estadual.

3.2.3. O perfil dos trabalhadores no âmbito municipal

3.2.3.1. Profissionais de Serviços (CRAS e CREAS)

a) Escolaridade / Formação

O número e composição das equipes de referência dos CRAS, conforme

preconizado pela NOB-RH/SUAS foi definido em função da quantidade de

famílias referenciadas à unidade, a qual, por sua vez, varia de acordo com o

porte populacional do município¹, ou seja:

• Município de pequeno porte I – até 2.500 famílias – (02 técnicos de nível

superior, sendo um deles obrigatoriamente Assistente Social e outro

preferencialmente psicólogo, além de 02 técnicos de nível médio);

Município de pequeno porte II – até 3.500 famílias – (03 técnicos de nível

superior, sendo 02 assistentes sociais e outro preferencialmente psicólogo,

além de 03 técnicos de nível médio);

• Demais cidades de população acima de 50.000 habitantes - até 5.000

famílias (no mínimo, 04 técnicos de nível superior, sendo 02 assistentes

sociais, 01 psicólogo e 01 profissional atuante na gestão do SUAS, além de

04 técnicos de nível médio).

Entretanto, é facultada a substituição de profissionais de nível médio por outros com nível

superior, sendo compulsória a existência de um coordenador de nível superior e admitido

via concurso público em todas as equipes de referência.

Diante do que foi exposto, a Tabela a seguir, também representada pelo Gráfico 04,

abaixo, revela o perfil dos profissionais dos CRAS e CREAS do Estado do Ceará, quanto

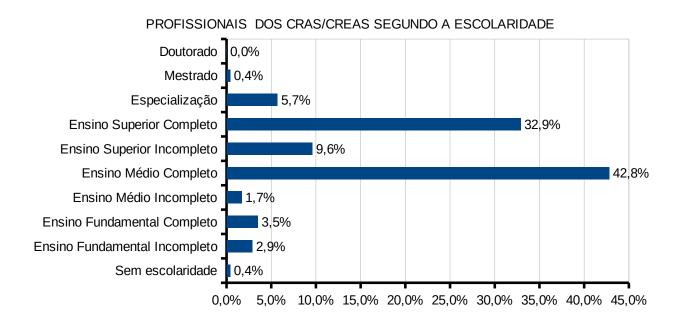
à sua escolaridade.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS / CREAS SEGUNDO A ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE		CR AS		EAS	TOTAL	
	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
Sem escolaridade	30	0,4%	4	0,3%	34	0,4%
Ensino Fundamental Incompleto	219	2,9%	34	2,9%	253	2,9%
Ensino Fundamental Completo	267	3,6%	37	3,1%	304	3,5%
Ensino Médio Incompleto	132	1,8%	18	1,5%	150	1,7%
Ensino Médio Completo	3.368	45,3%	322	27,2%	3690	42,8%
Ensino Superior Incompleto	746	10,0%	80	6,8%	826	9,6%
Ensino Superior Completo	2.267	30,5%	565	47,7%	2832	32,9%
Especialização	378	5,1%	113	9,5%	491	5,7%
Mestrado	22	0,3%	12	1,0%	34	0,4%
Doutorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	7.429	100,0%	1.185	100,0%	8.614	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 04



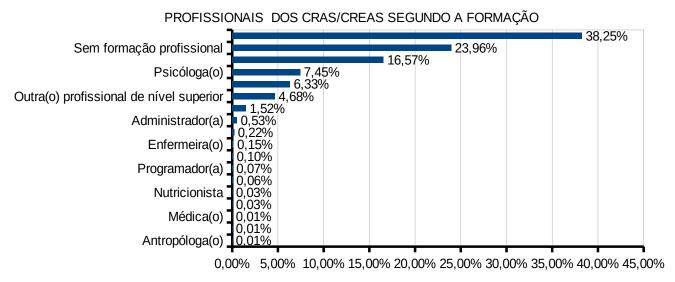
Observa-se que, dos profissionais dos CRAS (45,3%) possuem ensino médio completo enquanto 30,5% são de nível superior. Já nos CREAS o percentual de profissionais com nível superior é maior, correspondendo a 27,2% do contingente e 42,8% possuem o ensino médio completo. O total de pós-graduados, nos CRAS é 5,1%, nos CREAS corresponde a 9,5%. Os que possuem ensino fundamental completo no CRAS compreende 3,6% e nos CREAS, 3,1%. Verifica-se ainda, da leitura do quadro acima que existem 30 profissionais sem escolaridade nos CRAS e apenas 04 nos CREAS.

Com relação à formação, considerou-se o nível superior dos profissionais das equipes de referência dos CRAS e CREAS, mesmo que estes não tenham concluído o curso. A Tabela e Gráfico 05, abaixo, traçam o perfil destes profissionais segundo à sua formação.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS SEGUNDO A FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	CRA	AS	CR	EAS	TOTAL		
FORMAÇÃO	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	
Administrador(a)	38	0,51%	8	0,68%	46	0,53%	
Advogada(o)	9	0,12%	122	10,30%	131	1,52%	
Analista de Sistema	2	0,03%	1	0,08%	3	0,03%	
Antropóloga(o)	1	0,01%	0	0,00%	1	0,01%	
Assistente Social	1173	15,79%	254	21,43%	1427	16,57%	
Economista	1	0,01%	0	0,00%	1	0,01%	
Enfermeira(o)	12	0,16%	1	0,08%	13	0,15%	
Fisioterapeuta	9	0,12%	0	0,00%	9	0,10%	
Médica(o)	1	0,01%	0	0,00%	1	0,01%	
Nutricionista	3	0,04%	0	0,00%	3	0,03%	
Outra(o) profissional de nível superior	358	4,82%	45	3,80%	403	4,68%	
Pedagoga(o)	463	6,23%	82	6,92%	545	6,33%	
Profissional de nível médio	2984	40,17%	311	26,24%	3295	38,25%	
Programador(a)	5	0,07%	1	0,08%	6	0,07%	
Psicóloga(o)	483	6,50%	159	13,42%	642	7,45%	
Sem formação profissional	1864	25,09%	200	16,88%	2064	23,96%	
Socióloga(o)	4	0,05%	1	0,08%	5	0,06%	
Terapeuta Ocupacional	19	0,26%	0	0,00%	19	0,22%	
TOTAL	7.429	100,0%	1.185	100,0%	8.614	100,0%	

GRÁFICO 05



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Verifica-se que os profissionais dos CRAS e CREAS (38,25%) são de nível médio. Os profissionais que possuem formação de nível superior completo em serviço social correspondem a 16,57%; e em psicologia o percentual é de 7,45%. Já os profissionais com formação em pedagogia corresponde a 6,33% e advogado 1,52%.

b) Vínculo/Função Trabalhista

Para a identificação da situação relativa ao vínculo trabalhista dos profissionais que compõem os quadros funcionais dos CRAS e dos CREAS, o Ministério da Cidadania, por meio do Censo SUAS/2018 utilizou os seguintes critérios: contrato temporário com a prefeitura, servidor/estatutário, terceirizado de empresa, terceirizado de ONG, somente comissionado, empregado público celetista, estagiário, terceirizado de cooperativa e outros vínculos não permanentes.

Neste sentido, a Tabela abaixo e seu respectivo gráfico demonstram a distribuição desses profissionais, segundo o vínculo trabalhista.

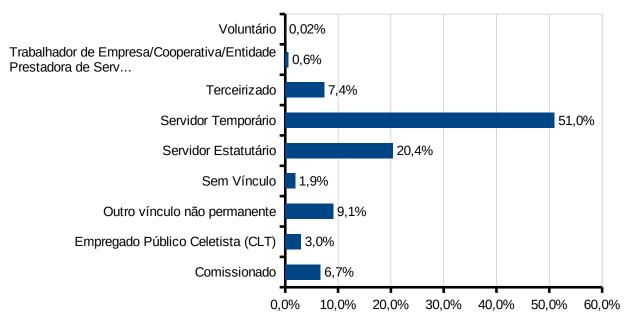
DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS SEGUNDO O VÍNCULO TRABALHISTA

OLOGINDO O VIIVODEO TRADALITIOTA							
VÍNCULO	CRA	AS	CRE	EAS	TOTAL		
VINCULO	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	
Comissionado	482	6,5%	93	7,8%	575	6,7%	
Empregado Público Celetista (CLT)	209	2,8%	46	3,9%	255	3,0%	
Outro vínculo não permanente	685	9,2%	95	8,0%	780	9,1%	
Sem Vínculo	142	1,9%	19	1,6%	161	1,9%	
Servidor Estatutário	1454	19,6%	304	25,7%	1758	20,41%	
Servidor Temporário	3845	51,8%	549	46,3%	4394	51,0%	
Terceirizado	563	7,6%	74	6,2%	637	7,4%	
Trabalhador de Empresa/Cooperativa/Entidade Prestadora de Serviços	47	0,6%	5	0,4%	52	0,6%	
Voluntário	2	0,03%	0	0,0%	2	0,02%	
TOTAL	7.429	100,0%	1.185	100,0%	8.614	100,0%	

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 06

PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS SEGUNDO O VÍNCULO TRABALHISTA



É possível observar, pela leitura da Tabela e Gráfico 06 acima, a carência de servidores concursados, estando a grande maioria dos trabalhadores dos CRAS e CREAS nas situações de contrato temporário (51,0%); comissionados (6,7%) e terceirizado (7,4%), enquanto que o quantitativo de terceirizado é de 563 (CRAS) e 637 (CREAS) perfazendo o percentual total de 7,4%.

Os outros vínculos: somente comissionado, empregado público(CLT) e sem vínculo totalizam 4,9% dos profissionais trabalhadores dos CRAS e CREAS. Trabalhador de empresa/ cooperativa/ entidade prestadora de serviços representam 0,6%.

c) Carga Horária

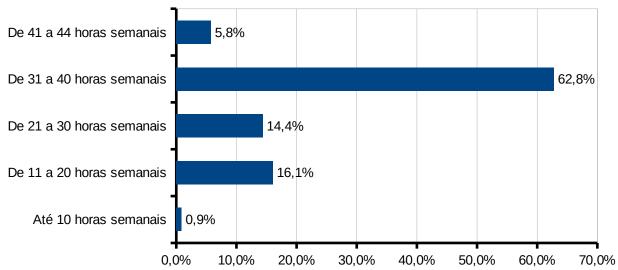
As informações acerca da carga horária dos profissionais dos CRAS e CREAS levou em conta o horário semanal e está demonstrada na Tabela abaixo e Gráfico 07.

DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS

CARGA HORÁRIA	CRA	AS	CRE	AS	TOTAL	
CARGA HORARIA	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
De 41 a 44 horas semanais	429	5,8%	67	5,7%	496	5,8%
De 31 a 40 horas semanais	4.646	62,5%	761	64,2%	5407	62,8%
De 21 a 30 horas semanais	1.032	13,9%	210	17,7%	1242	14,4%
De 11 a 20 horas semanais	1.245	16,8%	146	12,3%	1391	16,1%
Até 10 horas semanais	77	1,0%	1	0,1%	78	0,9%
TOTAL	7.429	100,0%	1.185	100,0%	8.614	100,0%

GRÁFICO 07

DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS



A legislação trabalhista, atualmente vigente, não impossibilita que a jornada de trabalho seja menor, apenas assegura um limite máximo. Embora, ainda, exista uma extensão através do regime de compensação e prorrogação das horas. Para todos os fins legais, admitidas pela jurisprudência e fiscalização, um empregado que trabalha 08 (oito) horas por dia e no máximo 44 horas na semana, tem carga mensal de 220 horas, sendo esta a carga horária mais praticada atualmente. ²

No caso específico dos CRAS e CREAS, observa-se que a carga horária da maioria de seus trabalhadores é de 40 horas semanais, ou seja, 62,5% nos CRAS e 64,2% nos CREAS. Já a carga horária de 20 horas semanais abrange 16,8% dos trabalhadores dos CRAS e 12,3% dos CREAS.

Algumas atividades profissionais têm a carga horária reduzida para 30 horas semanais, como é o caso dos profissionais da área de saúde e assistentes sociais, em razão da natureza do trabalho exercido³. Considerando que os CRAS e CREAS devem ter em seus quadros esses profissionais, o Censo SUAS 2018 demonstra que 13,9% dos trabalhadores dos CRAS e 17,7% dos CREAS trabalham em regime de 30 horas semanais.

A leitura da tabela acima, mostra a existência de cargas horárias de trabalho diferenciadas, com um percentual mínimo de trabalhadores, como é o caso dos trabalhadores dos CRAS, em que alguns de seus profissionais têm carga horária de até 20 horas semanais 16,8% e mais de 40 horas semanais 5,8%. Nos CREAS, o percentual de profissionais que trabalham até 20 horas semanais é de 12,3%, os que trabalham mais de 40 horas semanais 5,7%.

d) Distribuição por Sexo

A Tabela a seguir, demonstra a distribuição dos trabalhadores dos CRAS e CREAS conforme o sexo, também representada pelo Gráfico 08.

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm acessado em 01/05/2017. Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1247564/jornada-de-trabalho-de-30-horas-semanais,

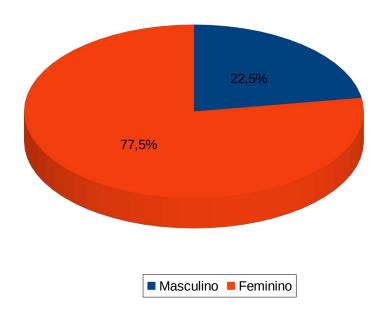
acessado em 01/05/2017.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS E CREAS POR SEXO

SEXO	CRAS		CRE	EAS	TOTAL	
SEAU	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
Masculino	1.643	22,1%	294	24,8%	1937	22,5%
Feminino	5.786	77,9%	891	75,2%	6677	77,5%
TOTAL	7.429	100,0%	1.185	100,0%	8.614	100,0%

GRÁFICO 08

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CRAS/CREAS POR SEXO



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Observa-se que a grande maioria (77,5%) dos profissionais dos CRAS e CREAS é do sexo feminino, contra 22,5% que corresponde ao sexo masculino.

3.2.3.2. O perfil dos trabalhadores dos Centro POP

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP SEGUNDO A ESCOLARIDADE

A tabela e o gráfico a seguir, apresentam a distribuição dos trabalhadores do Centro POP referente ao ano de 2018, conforme a escolaridade.

a) Escolaridade

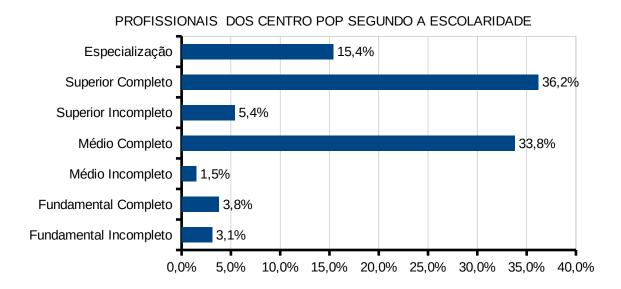
A Escolaridade dos Centro POP está demonstrada na Tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTRO POP POR ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	PC)P
ESCOLARIDADE	N.ABS	%
Especialização	20	15,4%
Fundamental Completo	5	3,8%
Fundamental Incompleto	4	3,1%
Médio Completo	44	33,8%
Médio Incompleto	2	1,5%
Sem Escolaridade	1	0,8%
Superior Completo	47	36,2%
Superior Incompleto	7	5,4%
TOTAL	130	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 09



Observa-se que dos 130 profissionais do Centro POP, 33,8% possuem ensino médio completo. O total de profissionais com ensino superior completo é de 36,2% e 15,4% correspondem a profissionais com especialização.

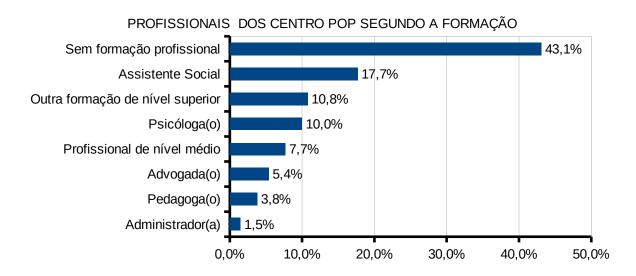
DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP SEGUNDO A FORMAÇÃO b) Formação

A Formação dos trabalhadores do Centro POP está demonstrada na Tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTRO POP POR FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	Po	OP
FORMAÇÃO	N.ABS	%
Administrador(a)	2	1,5%
Advogada(o)	7	5,4%
Assistente Social	23	17,7%
Outra formação de nível superior	14	10,8%
Pedagoga(o)	5	3,8%
Profissional de nível médio	10	7,7%
Psicóloga(o)	13	10,0%
Sem formação profissional	56	43,1%
TOTAL	130	56,9%

GRÁFICO 10



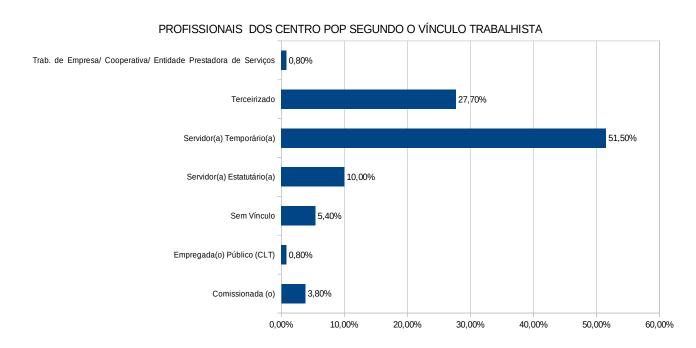
Verifica-se que o maior número de profissionais 36,2% são de nível superior completo, os que possuem formação de nível superior em Serviço Social correspondem a 17,7%, em psicologia 10%. Já outro profissional de nível superior correspondem a 10,8% dos trabalhadores.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP POR VÍNCULOS c) Vínculos

Na Tabela e gráfico a seguir apresentam a situação em relação ao vínculo trabalhista dos profissionais que compõe os Centros POP.

VÍNCULO	PO	P
VINCOLO	N.ABS	%
Comissionada(o)	5	3,8%
Empregada(o) Público (CLT)	1	0,8%
Sem Vínculo	7	5,4%
Servidor(a) Estatutário(a)	13	10,0%
Servidor(a) Temporário(a)	67	51,5%
Terceirizado	36	27,7%
Trabalhador(a) de Empresa/Cooperativa/Entidade Prestadora de Serviços	1	0,8%
TOTAL	130	100,0%

GRÁFICO 11



É possível observar que a grande maioria dos trabalhadores dos Centro POP estão na situação de servidor temporário 51,5%; terceirizado 27,7% e servidor estatutário 10%. Enquanto que o quantitativo de sem vínculo corresponde a 5,4% e comissionado 3,8%.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP POR CARGA HORÁRIA

d) Carga Horária

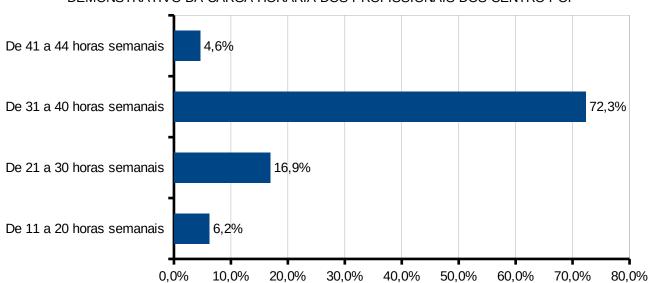
A carga horária dos Centro POP está demonstrada na Tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTRO POP POR CARGA HORÁRIA

CARGA HORÁRIA	PO	POP	
	N.ABS	%	
De 11 a 20 horas semanais	8	6,2%	
De 21 a 30 horas semanais	22	16,9%	
De 31 a 40 horas semanais	94	72,3%	
De 41 a 44 horas semanais	6	4,6%	
TOTAL	130	100,0%	

GRÁFICO 12

DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP



Observa-se que a carga horária da maioria dos trabalhadores é de 40 horas semanais, ou seja, 72,3%. Já a carga horária de 30 horas semanais corresponde a 16,9%. Em regime de 20 horas semanais temos 6,2% dos trabalhadores. E os que possuem carga horária maior que 40 horas semanais abrange 4,6%.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP POR SEXO

e) Sexo

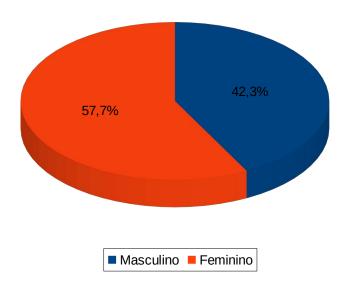
A tabela a seguir, demonstra a distribuição dos trabalhadores dos Centro POP conforme o sexo, também representada pelo Gráfico 13.

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTRO POP POR SEXO

SEXO	POP	
	N.ABS	%
Masculino	55	42,3%
Feminino	75	57,7%
TOTAL	130	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 13DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTRO POP POR SEXO



Observa-se que a grande maioria 57,7% dos profissionais dos Centro POP é do sexo feminino, contra 42,3% que corresponde ao sexo masculino.

3.2.4. O perfil dos trabalhadores dos Centros de Acolhimento

A tabela e o gráfico a seguir, apresentam a distribuição dos trabalhadores dos Centros de Acolhimento ao ano de 2018, conforme a escolaridade.

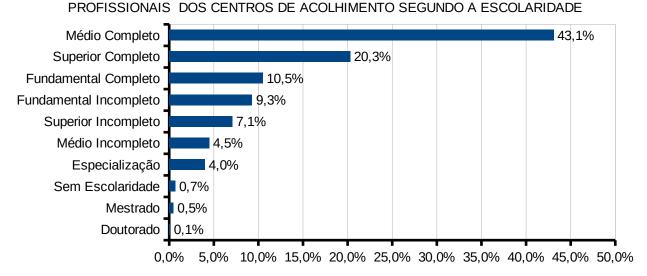
a) Escolaridade

A Escolaridade dos Centros de Acolhimento está demonstrada na Tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO POR ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	ACOLHIMENTO	
	N.ABS	%
Doutorado	2	0,1%
Especialização	78	3,7%
Fundamental Completo	195	9,2%
Fundamental Incompleto	190	9,0%
Médio Completo	947	44,8%
Médio Incompleto	96	4,5%
Mestrado	12	0,6%
Sem Escolaridade	16	0,8%
Superior Completo	441	20,9%
Superior Incompleto	138	6,5%
TOTAL	2.115	100,0%

GRÁFICO 14



Com relação a escolaridade dos trabalhadores dos centros de Acolhimento observa-se que 44,8% possuem ensino médio completo. Já 20,9% dos profissionais possuem nível superior completo. O total de trabalhadores com ensino fundamental completo é de 9,2%. Os que possuem especialização totaliza 3,7%, mestrado 0,6% e doutorado 0,1%.

b) Profissão

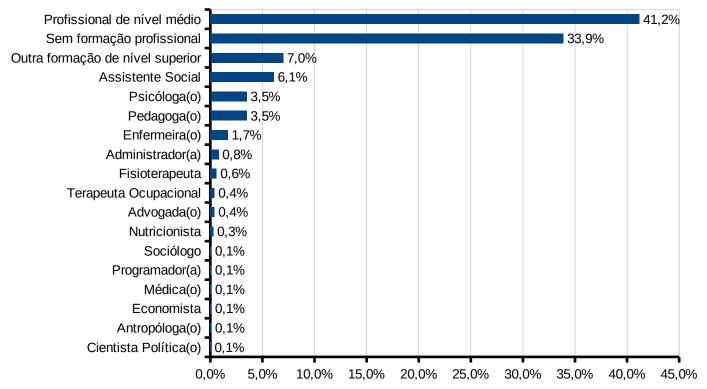
A profissão dos trabalhadores dos Centros de Acolhimento está demonstrada na Tabela abaixo

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO SEGUNDO A PROFISSÃO

FORMAÇÃO	TOTA	TOTAL	
FORMAÇÃO	N.ABS	%	
Administrador(a)	16	0,8%	
Advogada(o)	9	0,4%	
Antropóloga(o)	2	0,1%	
Assistente Social	129	6,1%	
Cientista Política(o)	1	0,05%	
Economista	2	0,1%	
Enfermeira(o)	36	1,7%	
Fisioterapeuta	13	0,6%	
Médica(o)	3	0,1%	
Nutricionista	6	0,3%	
Outra formação de nível superior	148	7,0%	
Pedagoga(o)	75	3,5%	
Profissional de nível médio	872	41,2%	
Programador(a)	2	0,1%	
Psicóloga(o)	75	3,5%	
Sem formação profissional	716	33,9%	
Sociólogo	2	0,1%	
Terapeuta Ocupacional	8	0,4%	
TOTAL	2.115	100,0%	

GRÁFICO 15

PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO SEGUNDO A FORMAÇÃO



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Verifica-se que o número de profissionais 6,1% possuem formação em Serviço Social, os que possuem formação de nível superior em Pedagogia correspondem a 3,5%, em psicologia 3,5%. O total de trabalhadores com formação em fisioterapia é de 0,6% e enfermagem é de 1,7%.

c) Vínculos

Os vínculos dos Centros de Acolhimento está demonstrada na Tabela abaixo.

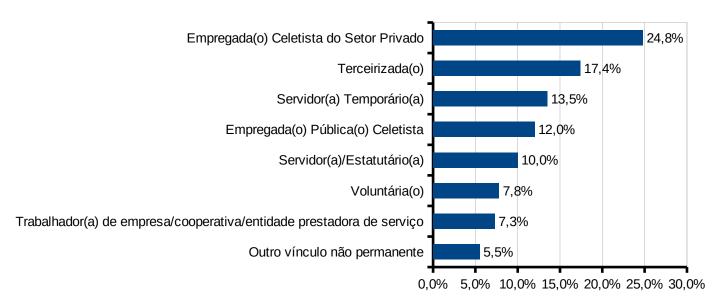
DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO POR VÍNCULOS

VÍNCULO	ACOLHIMENTO	
	N.ABS	%
Empregada(o) Celetista do Setor Privado	525	24,8%
Empregada(o) Pública(o) Celetista	253	12,0%
Outro vínculo não permanente	117	5,5%

TOTAL	2.115	100,0%
Voluntária(o)	166	7,8%
Trabalhador(a) de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviço	155	7,3%
Terceirizada(o)	368	17,4%
Servidor(a)/Estatutário(a)	212	10,0%
Servidor(a) Temporário(a)	286	13,5%
Sem vínculo	33	1,6%

GRÁFICO 16

PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO SEGUNDO O VÍNCULO TRABALHISTA



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Observa-se que a grande maioria dos trabalhadores dos Centro de Acolhimento estão na situação de empregado celetista do setor privado 24,8%; terceirizado apresenta 17,4%, dos trabalhadores e servidor público temporário 13,5%. Enquanto que o quantitativo de servidor estatutário corresponde a 10%.

d) Carga Horária

A carga horária dos Centros de Acolhimento está demonstrada na Tabela abaixo.

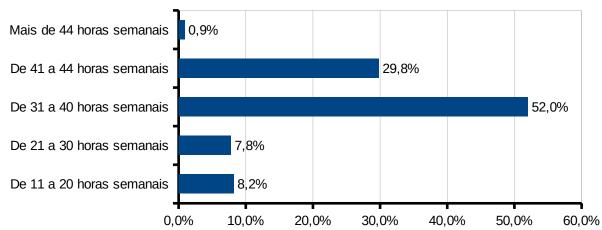
DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO POR CARGA HORÁRIA

CARGA HORÁRIA	ACOLHIMENTO	
	N.ABS	%
Até 10 horas semanais	28	1,3%
De 11 a 20 horas semanais	174	8,2%
De 21 a 30 horas semanais	165	7,8%
De 31 a 40 horas semanais	1099	52,0%
De 41 a 44 horas semanais	631	29,8%
Mais de 44 horas semanais	18	0,9%
TOTAL	2.115	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 17

DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Observa-se que a carga horária da maioria dos trabalhadores é de 40 horas semanais, ou seja, 52%. Os que possuem carga horária maior que 40 horas semanais abrange 29,8%. Já a carga horária de 30 horas semanais corresponde a 7,8%. Em regime de 20 horas semanais temos 8,2% dos trabalhadores. E os que possuem carga horária até 10 horas semanais abrange 1,3%.

e) Sexo

O sexo dos Centros de Acolhimento está demonstrada na Tabela abaixo.

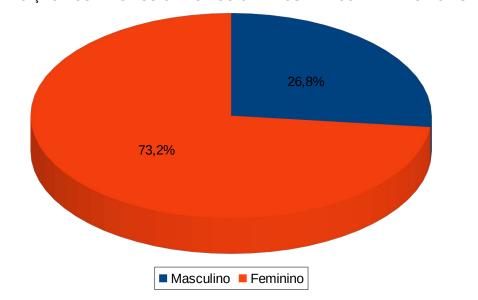
DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO POR SEXO

SEXO	ACOLHIMENTO		
SEAU	N.ABS	%	
Masculino	566	26,8%	
Feminino	1.549	73,2%	
TOTAL	2.115	100,0%	

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

GRÁFICO 18

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO POR SEXO



FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Observa-se que a grande maioria 73,2% dos profissionais dos Centros de Acolhimento são do sexo feminino, contra 26,8% que corresponde ao sexo masculino.

Realizada a análise do perfil dos trabalhadores da Assistência Social do estado do ceará, o presente diagnóstico passa a apresentar as diretrizes e estratégias para o Plano de Capacitação.

Distribuição dos Profissionais dos Centro de Convivência / Família Acolhedora /Centro Dia – Escolaridade

ESCOLARIDADE	Centro Convivência		Família Acolhedora		Centro Dia		TOTAL	
	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
Doutorado	5	0,3%	0	0,0%	2	0,5%	7	0,3%
Especialização	120	6,9%	1	11,1%	102	24,6%	223	10,3%
Fundamental Completo	99	5,7%	1	11,1%	29	7,0%	129	6,0%
Fundamental Incompleto	103	5,9%	0	0,0%	17	4,1%	120	5,6%
Médio Completo	559	32,2%	3	33,3%	87	21,0%	649	30,1%
Médio Incompleto	33	1,9%	0	0,0%	3	0,7%	36	1,7%
Mestrado	14	0,8%	0	0,0%	5	1,2%	19	0,9%
Sem Escolaridade	27	1,6%	0	0,0%	2	0,5%	29	1,3%
Superior Completo	579	33,4%	4	44,4%	147	35,5%	730	33,8%
Superior Incompleto	196	11,3%	0	0,0%	20	4,8%	216	10,0%
TOTAL	1.735	100,0%	9	100,0%	414	100,0%	2.158	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

No que se refere aos profissionais 33,4% do Centro de Convivência, 44,4% de Família Acolhedora e 35,5% do Centro Dia, respectivamente, tem nível superior completo. Outro dado significativo é o número de profissionais que possuem o ensino médio completo nos Centro de Convivência 32,2%, Família Acolhedora 33,3% e Centro Dia 21,0%.

Distribuição dos Profissionais dos Centro de Convivência / Família Acolhedora /Centro Dia - Formação

FORMAÇÃO		ntro vência	_	Família Acolhedora		Centro Dia		TOTAL	
	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	
Administrador(a)	34	2,0%	0	0,0%	4	1,0%	38	1,8%	
Advogada(o)	13	0,7%	0	0,0%	2	0,5%	15	0,7%	
Analista de Sistema	6	0,3%	0	0,0%	1	0,2%	7	0,3%	
Antropóloga(o)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
Assistente Social	77	4,4%	2	22,2%	12	2,9%	91	4,2%	

Cientista		0.00/	0	0.00/	0	0.00/	0	0.000/
Política(o)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Economista	1	0,1%	0	0,0%	2	0,5%	3	0,1%
Enfermeira(o)	13	0,7%	0	0,0%	2	0,5%	15	0,7%
Fisioterapeuta	12	0,7%	0	0,0%	14	3,4%	26	1,2%
Médica(o)	6	0,3%	0	0,0%	3	0,7%	9	0,4%
Nutricionista	5	0,3%	0	0,0%	0	0,0%	5	0,2%
Outra formação de nível superior	340	19,6%	0	0,0%	65	15,7%	405	18,8%
		•				-		
Pedagoga(o)	174	10,0%	1	11,1%	114	27,5%	289	13,4%
Profissional de nível médio	586	33,8%	1	11,1%	99	23,9%	686	31,8%
Programador(a)	7	0,4%	0	0,0%	1	0,2%	8	0,4%
Psicóloga(o)	40	2,3%	2	22,2%	13	3,1%	55	2,5%
Sem formação profissional	409	23,6%	3	33,3%	60	14,5%	472	21,9%
Sociólogo	5	0,3%	0	0,0%	1	0,2%	6	0,3%
Terapeuta Ocupacional	7	0,4%	0	0,0%	21	5,1%	28	1,3%
TOTAL	1.735	100,0%	9	100,0%	414	100,0%	2.158	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

Em relação a formação profissional a tabela supracitada apresenta um percentual de 13,4% pedagogo, 4,2% assistente social, psicólogo 2,5%, Administrador 1,8%, terapeuta Ocupacional1,3%, Fisioterapeuta 1,2%, Advogado 0,7%.

Distribuição dos Profissionais dos Centro de Convivência / Família Acolhedora /Centro Dia – Vínculo Trabalhista

VÍNCULO	Centro Convivência		Família Acolhedora		Centro Dia		TOTAL	
	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
Comissionado	30	1,7%	0	0,0%	2	0,5%	32	1,5%
Empregado Celetista do Setor Privado	529	30,5%	0	0,0%	237	57,2%	766	35,5%
Empregado Público (CLT)	156	9,0%	0	0,0%	16	3,9%	172	8,0%
Outro vínculo não permanente	169	9,7%	0	0,0%	41	9,9%	210	9,7%

Servidor Estatutário	209	12,0%	4	44,4%	50	12,1%	263	12,2%
Servidor Temporário	300	17,3%	1	11,1%	26	6,3%	327	15,2%
Terceirizado	69	4,0%	0	0,0%	40	9,7%	109	5,1%
Sem vínculo	0	0,0%	4	44,4%	0	0,0%	4	0,2%
Voluntário(a)	273	15,7%	0	0,0%	2	0,5%	275	12,7%
TOTAL	1.735	100,0%	9	100,0%	414	100,0%	2.158	100,0%

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

A Tabela acima mostra, que à grande maioria dos trabalhadores dos Centro de Convivência, Família Acolhedora e Centro Dia, estão na situação de Empregado Celetista do Setor Privado 35,5%.

3.2.5 Profissionais da Assistência Social nos Conselhos Municipais e Estadual

A política pública de Assistência Social destaca no SUAS, a importância da participação popular através do controle social, desde a formulação até a implementação e avaliação dos programas, projetos e serviços socioassistenciais, incluindo o controle dos recursos financeiros e reconhecendo o caráter deliberativo das decisões advindas dos conselhos, que são mecanismos institucionalizados para a sua efetivação.

Portanto, os conselhos constituem-se em espaços onde são exercidos a participação e o controle social nos âmbitos municipal e estadual.

A tabela a seguir, traça o quantitativo dos profissionais conforme dados do CENSO/SUAS/2018.

QUANTITATIVO DE TRABALHADORES(AS) DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAL

CONSELHOS	CONSELHO MUNICIPAL		CONS ESTA	ELHO DUAL	TOTAL	
	N.ABS	%	N.ABS	%	N.ABS	%
Quantitativo	370	96,9%	12	3,1%	382	100%
TOTAL	370		12			

FONTE: MC/CENSO/SUAS/2018

4. OBJETIVOS

4.1.OBJETIVO GERAL

Desenvolver um processo de Apoio Técnico e Educação Permanente junto aos gestores, trabalhadores e conselheiros, visando a implementação qualificada do Sistema Único de Assistência Social no Estado do Ceará.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar a qualificação dos gestores municipais em conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento da gestão da Política de Assistência Social;
- Disseminar conhecimentos acerca dos marcos normativos e legais que disciplinam a Política de Assistência Social, oportunizando o conhecimento e a reflexão crítica de forma permanente e sistemática, visando o aprimoramento constante dos serviços prestados à população;
- Proporcionar o nivelamento de compreensão sobre os objetivos, princípios e diretrizes da política de assistência social, especificamente dos Programas, Projetos e Serviços de média complexidade.
- Promover a capacitação inicial e contínua dos técnicos e educadores das Unidades de Acolhimento dos serviços executados pela SPS;
- Promover capacitação inicial e contínua aos técnicos e educadores das Unidades municipais de alta complexidade;
- Promover capacitação inicial aos municípios sedes e municípios vinculados ao serviço regional de alta complexidade;
- Assessorar e monitorar a execução dos serviços de alta complexidade, realizados à nível municipal.
- Produzir e difundir conhecimentos direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais e ao efetivo exercício do controle social;
- Produzir e socializar conhecimentos, habilidades e competências necessárias a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

- Contribuir para implementação da vigilância socioassistencial;
- Potencializar o acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais;
- Capacitar gestores, técnicos e conselheiros no financiamento da Política de Assistência Social;

5-METAS

As metas estabelecidas do Plano Estadual de Apoio Técnico e Educação Permanente referente ao período 2020-2023, estabelecidas abaixo;

- 10 seminários
- 65 oficinas
- 07 reuniões
- 14 encontros
- 10 formação introdutória
- 14 capacitação introdutória
- 03 capacitação de atualização
- 01 formação de especialização
- · Visitas técnicas, conforme demanda
- Assessoramento in loco
- · Assessoramento a distância conforme demanda

6. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO/ DEFINIÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO TÉCNICO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

AÇÕES DE APOIO TÉCNICO

6.1- COORDENADORIA: COORDENADORIA DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apoio Técnico – Ano 2020-2023								
Tipo de Ação	· IDM2 02 AC20		Modalidade/ Tema da Ação Carga Horária Público Alvo		Recursos Financeiros (valor/ Fonte)			
Seminário	Políticas Públicas coordenadas e executadas pela SPS	8 horas	Prefeitos, Secretários municipais e técnicos	184 municípios 400 participantes (2021 e 2023)	R\$ 36.074,58 (2021) R\$ 36.464,73 (2023) Estado/união			
Oficina	Gestão orçamentária e financeira do Suas	16 horas	Secretários e contadores	184 municípios 364 participantes (anual)	R\$ 271,533 Estado/união			
Oficina	Elaboração do Plano de Assistência Social; Elaboração do Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente do Suas.	16 horas	Secretários Técnicos da Gestão	184 municípios 364 participantes (2021)	R\$ 66,149,17 (2021) Estado e União			
Oficina	Implantação/ Implementação da Gestão do Trabalho no Suas	8 horas	Secretários Técnicos da Gestão	184 municípios 364 participantes (2021)	R\$ 66,149,17 (2021) Estado e União			
Reunião Técnica	Censo Suas	8 horas	Técnicos da Gestão	184 municípios 184 participantes (anual)	R\$ 43.965 Estado/união			
Reuniões Remota	Elaboração do Plano de Contingência da Política de	4 horas	Secretários e técnicos da	184 municípios 368 participantes	Recursos necessários (notebook, telefone dentre			

Regionalizas	Assistência Social dos municípios		Gestão	(2020)	outros)
Encontro Estadual	Vigilância Socioassistencial	16 horas	Secretários e técnicos da gestão/vigilância socioassistencia	184 municípios 364 participantes (anual)	R\$ 271,533 Estado/união
Visita técnica	Assessoria a gestão municipal conforme critérios pactuados na CIB Resolução (007 /2017)	Conforme necessidade de cada município	Secretários, técnicos da gestão e contadores	184 municípios	Estado
Assessoria a distância	Temas conforme a demanda, assessorias realizadas por meio de contatos telefônicos, vídeos e-mails, notas técnicas, videoconferências e outros	Conforme demanda	Secretários, técnicos e conselheiros	184 municípios	Estado
	Elaboração do Plano de Contingência da Política de Assistência Social dos municípios	Conforme demanda	Secretários, técnicos e conselheiros	184 municípios	Estado
Assessoria individualizada	Termo de Aceite, Plano de Ação e de Aplicação dos recursos das Portarias Nº 369 e 378/20 do Ministério da Cidadania	Conforme demanda	Secretários, técnicos e conselheiros	184 municípios	Estado
Assessoria	Temas conforme a demanda e assessorias realizadas in loco	Conforme demanda	Secretários, técnicos e conselheiros	184 municípios	Estado
Assessoria na	Temas para o	Conforme	Secretários e	184 municípios	Estado

SPS aprimoramento do Suas previamente agendado dema		
---	--	--

II- Ações Integradas

	Ações Integradas -									
Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores /nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ Fonte)				
Oficina	Trabalho social com famílias de povos e comunidades tradicionais	Cgsuas Coordenadoria da Igualdade Racial	16 horas	Técnico da Gestão, PSB e PSE	184 técnicos de gestão 184 municípios (2020)	R\$ 62,999,21 Estado e União				
Oficina	Assessoria para realização das conferências da assistência social	Cgsuas Ceas	8 horas	Conselheiros e técnicos	184 técnicos de gestão 184 municípios (2021-2023)	R\$ 66.149,17 (2021) R\$72.929,45 (2023) Estado e União				
Oficina	Aprimoramento do Controle Social	Cgsuas Ceas	8 horas	Conselheiros e técnicos	184 municípios 368 participantes (anual)	R\$ 271,533 Estado e União				
Oficina	Prontuário SUAS e RMA	Cgsuas, PSB e PSE	16 horas	Secretário Técnico da Vigilância	184 municípios 364 participantes (2020)	R\$ 62,999,21 Estado e União				

6.2-COORDENADORIA: COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ÁREA: Célula de Acompanhamento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais – CASBS

- Núcleo de Ações Socioassistenciais – NASA

	Aŗ	ooio Técnico – A	no 2020 – 2023		
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n° de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)
Visita de apoio técnico	Apoio técnico às equipes de referência da PSB sobre os processos de trabalho nos CRAS. Monitoramento aos municípios com o Programa CMIC.	7 horas	Equipes técnicas de referência dos CRAS.	393 equipes técnicas de CRAS 184 municípios (2020 a 2023)	Aguardando definição de recursos financeiros
Seminário	1ª Mostra de Experiências Municipais do Programa Acessuas Trabalho	8 horas	Equipes técnicas de referência do Programa Acessuas	120 técnicos 57 municípios (2020)	Fonte: MC/Programa Acessuas Trabalho
Visita de apoio técnico Programa Acessuas Trabalho	Apoio técnico às equipes de referência do Programa Acessuas Trabalho	4 horas	Equipes técnicas de referência do Programa	150 técnicos 50 municípios (2020 a 2021)	Fonte: MC/Programa Acessuas Trabalho
Atendimento particularizado aos municípios	Orientações sobre a Proteção Social Básica: serviços, benefícios, programas, CRAS, Recursos Humanos, Cofinanciamento estadual, processos e normativas de trabalho.	8 horas	Gestores, coordenadores e equipes técnicas de referência dos municípios	184 municípios (2020 a 2023)	Sem ônus

Trabalho Social com Família – Aprimoramento da Metodologia PA

II-Ações Integradas

	Ações Integradas - Ano 2020-2023										
Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores /nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)					
Oficina	Prontuário SUAS (Eletrônico)	GSUAS	12 horas	Técnicos de gestão,	184 técnicos de gestão 184 municípios	IGDSUAS					
	Prontuário SUAS (registro de acompanhamento familiar/PAIF)	PSB		coordenador e equipes técnicas de referência	393 técnicos dos CRAS 184 municípios						
	Preenchimento do RMA	POB		dos CRAS	(2020)						

ÁREA: Célula de Acompanhamento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais – CASBS Núcleo de Ações Socioassistenciais – NASA

-	Educação Permanente – 2020 a 2023										
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n°de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)						
Capacitação Regionalizada	SCVF tipificados por ciclo de vida: criança, adolescentes e idosos	Presencial- 24 h		01 evento em 05 regiões de planejamento-(Cariri, Sertão Central, Litoral Norte, Litoral Leste e Inhamuns) 310 participantes (2020 a 2023)	Aguardando definição de recursos financeiros						

II-Ações integradas

	Ações Integradas - Ano 2020 a 2023									
Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)				
Oficina	Trabalho social com famílias indígenas Trabalho social com famílias quilombola	NASA/CEPPIR NASA/CEPPIR	24 horas	CRAS Indígenas CRAS Quilombolas	70 trabalhadores das comunidades (2021)	Aguardando definição de recursos financeiros				
Oficina para construção da estratégia de acompanhamento das famílias do CMIC	Estratégias de Trabalho social com famílias CMIC	CASBS/NASA CETR/NGBTR	24 horas	Orientadores de células, supervisores de núcleos e equipes técnicas	30 profissionais (2020)	Aguardando definição de recursos financeiros				

ÁREA: Célula de Transferência de Renda

- Núcleo de Gestão de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda - NGBSTR

	Apoio Técnico – Ano 2020 a 2023										
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n° de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)						
Oficina	Municípios prioritários do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	16 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO e PBF	30 profissionais 10 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros						
Oficina	Cofinanciamento estadual de BE e do PAIF	08 horas	Técnicos e gestores municipais e CMAS	350 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	FECOP Aguardando definição de recursos financeiros						
Oficina	Gestão do Cartão Mais Infância Ceará	08 horas	Técnicos e gestores municipais	350 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	FECOP Aguardando definição de recursos financeiros						
Oficina	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE	16 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO e PBF	90 profissionais 60 municípios (2021 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros						
Atendimento Presencial	CADÚNICO, PBF, Cofinanciamento Estadual, Cartão Mais Infância Ceará, BPC e BPC na Escola	04 horas	Técnicos e gestores municipais e CMAS	100 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros						

II-Ações Integradas

	Ações Integradas - Ano 2020 a 2023										
Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)					
Capacitação	Condicionalidade Saúde do Programa Bolsa Família	CPSB, SAN, NGBSTR, SESA	16 horas	Coordenadores municipais responsáveis pela condicionalidade Saúde	230 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros					
Oficina	BPC e BPC na Escola	CPSB, SAN, NGBSTR, MC/SNAS	08 horas	Técnicos e gestores municipais responsáveis pelo BPC e BPC na Escola	350 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros					
Capacitação	Condicionalidade Educação do Programa Bolsa Família	CPSB, SAN, NGBSTR, SEDUC	16 horas	Coordenadores municipais responsáveis pela condicionalidade Educação	230 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros					
Capacitação	Sistemas do Cadastro Único (CADÚNICO) e do Programa Bolsa Família	CPSB, SAN, NGBSTR, MC/SAGI/ SENARC	16 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO e PBF	250 profissionais 184 municípios (2020) 200 profissionais 184 municípios (2021) 100 profissionais 100 municípios (2022) 100 profissionais 100 municípios (2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros					

ÁREA: Célula de Transferência de Renda

- Núcleo de Gestão de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda - NGBSTR

		Educação	Permanente – Ano 2	2020 a 2023	
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n° de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)
Capacitação Introdutória	Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	40 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO e PBF	60 profissionais 60 municípios (2020) 90 profissionais 90 municípios (2021) 30 profissionais 30 municípios (2022) 60 profissionais 60 municípios (2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros
Oficina Integrada (CASBS/NASA/ NGBSTR)	Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família	24 horas	Técnicos, gestores do CADÚNICO, PBF e coordenadores de CRAS	200 profissionais 184 municípios (2020 a 2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros
Capacitação Introdutória	Formação de instrutores dos formulários do Cadastro Único	40 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO	90profissionais 90 municípios (2021) 30profissionais 30municípios (2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros

Capacitação Introdutória	Gestão de Benefícios	24 horas	Técnicos e gestores do CADÚNICO e PBF	150 profissionais 150 municípios (2020) 90 profissionais 90 municípios (2021) 30 profissionais 30 municípios (2022) 60 profissionais 60 municípios (2023)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros
-----------------------------	----------------------	----------	---	---	---

II. Ações integradas

	Ações Integradas – Ano 2020 a 2023										
Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)					
Seminário	O Cadastro Único, Programa Bolsa Família e programas de transferência de renda	CPS, SAN, NGBSTR, MC/SAGI/ SENARC e SNAS	20 horas	Técnicos e gestores estaduais e municipais do CADÚNICO e PBF	500 profissionais 184 municípios (2021) 500 profissionais 184 municípios (2022)	IGDE Aguardando definição de recursos financeiros					

I – APOIO TÉCNICO ÁREA: Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz

Ações de Apoio Técnico – Ano 2020 – 2022									
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n°de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)				
Oficina Regional	Oficina Regional sobre o Desenvolvimento Infantil	Presencial 16 h	Coordenadores dos CRAS e Supervisores do PCF	02 Oficinas (1º e 2º Semestre) 184 municípios (11 regiões de planejamento) (2020 a 2022) 474 Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União				
Reunião	Reunião Ampliada Estadual com os Gestores Municipais	Presencial 08 h	Secretários Municipais e Técnicos da Gestão	184 municípios (2020 a 2022) 368 Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União				
Encontro	Encontro Estadual com os Visitadores	Presencial 08 h	Visitadores Municipais do PCF	184 municípios (2020 e 2022) 900 Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União				
Encontro	Encontro Regional com visitadores	Presencial 08 h	Visitadores Municipais do PCF	184 municípios (11 regiões de planejamento) (2021) 900 Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União				
Seminário	Seminário de Avaliação	Presencial 16 h	Secretários Municipais de Assistência Social, Coordenadores do PCF e Supervisores do PCF	184 municípios (2020 a 2022) 658 Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União				

Monitora	amento	Monitorar e acompanhar os 184 municípios na implementação e execução do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz in loco.	Presencial 08 h	Coordenadores PCF	184 municipios (U1 visita in	R\$ 150.000,00 União

III. Ações integradas

Ações de Apoio Técnico - Ano 2020

Tipo de Ação	Tema da Ação	Áreas Envolvidas	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)
Seminário	Seminário Estadual com os Comitês Gestores Intersetoriais	Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, etc.	Presencial 08 h	Membros dos Comitês (Assistência, Educação, Saúde e Cultura)	184 municípios (2020 a 2022) 736 Trabalhadores	R\$ 100.000,00 União
Oficina Regional	Oficina Regional sobre o Desenvolvimento Infantil	SPS E SEDUC	16 h (2º semestre)	Supervisores do PCF e Supervisores do PADIN	48 municípios (11 regiões de planejamento) (2020) 338Trabalhadores	R\$ 80.000,00 União

ÁREA: Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz

Educação Permanente - Ano 2020-2022 Recursos Modalidade/ Metas Tipo de Ação Tema da Ação Público Alvo **Financeiros** Carga Horária (n° de trabalhadores/ n° de municípios) (valor/ fonte) 02 Formações (1° e 2° semestre) Obs: Os municípios capacitados serão conforme rotatividade de Supervisores do PCF 14 Regiões de Planejamento: Cariri, Sertão de Sobral, Sertão de Crateús,4 Sertão dos Inhamuns, Grande Fortaleza, Litoral Norte. Formação Formação na Supervisores do PCF e Presencial Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão R\$ 150.000,00 Introdutória metodologia sobre o Equipe Técnica do CRAS 40 h Central, Vale do Jaguaribe, Centro Sul, Serra da União Guia de Visita Ibiapaba, Sertão de Canindé e Maciço de Domiciliar - GVD Baturité. (2020 e 2022) 184 municípios 290 Supervisores 184 Coordenadores dos CRAS (14 regiões de planejamento) 2021 Presencial Supervisores do PCF e 02 Formações R\$ 150.000,00 Formação Formação na metodologia sobre os Equipe Técnica do CRAS (1° e 2° semestre) União Introdutória 40 h Cuidados para o Obs: Os municípios capacitados serão conforme Desenvolvimento da rotatividade de Supervisores do PCF Criança – CDC Regiões de Planejamento: Cariri, Sertão de

Sobral, Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns,

				Grande Fortaleza, Litoral Norte, Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central, Vale do Jaguaribe, Centro Sul, Serra da Ibiapaba, Sertão de Canindé e Maciço de Baturité) (2020 e 2022) 184 municípios 290 Supervisores 184 Coordenadores dos CRAS (11 regiões de planejamento) 2021	
Formação Continuada	Encontro Regional de Nivelamento das metodologias sobre o Guia de Visita Domiciliar – GVD e Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC.	Presencial 40 h	Visitadores do PCF	2020 70 municípios (11 regiões de planejamento) 2021 184 municípios (11 regiões de planejamento)	R\$ 60.000,00 União
Formação Introdutória	Formação na metodologia do Guia de Visita Domiciliar – GVD	Presencial 40 h	Supervisores do PCF e Equipe Técnica do CRAS	184 municípios (11 regiões de planejamento) 2021	R\$ 100.000,00 Ministério da Cidadania
Formação Introdutória	Formação no Cuidado para o Desenvolvimento da Criança – CDC	Presencial 40 h	Supervisores do PCF e Equipe Técnica do CRAS	184 municípios (11 regiões de planejamento) 2021	R\$ 100.000,00 Ministério da Cidadania

^{*}Tipo de Ação: Ações de capacitação: capacitação introdutória (carga horária entre 20 e 40 horas/aula), capacitação atualização (carga horária entre 40 e 100 horas/aula). Ações de formação: especialização (carga horária mínima de 360 horas/aula) e mestrado (cerca de 2 anos de curso).

6.4-COORDENADORIA: COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL **ÁREA**: Célula de Atenção à Media Complexidade – CAMC

Ações de Apoio Técnico - Anos 2020 a 2023								
Tipo de Ação *	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/ nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)			
Visitas Técnicas com Reuniões Ampliadas	Monitoramento (ID CREAS – estrutura física, recursos humanos e serviços).	Presencial 08 h.	Equipes dos CREAS, Centros POP e Centro Dia.	930 profissionais;	Estado/União			
Atendimentos na SPS	Assessoramento técnico permanente via e-mail, contato telefônico, aplicativos de mensagens.	Presencial	Equipes dos CREAS, Centros POP e Centro Dia.	232 profissionais.				
Oficina de Apoio Técnico	Oficina de Nivelamento dos CREAS Regionais.	Presencial 16 h	Equipes técnicas dos CREAS Regionais e municípios vinculados	39 profissionais				
Encontro	Apresentação do Manual e Guia de Orientações para elaboração do PIA e utilização do Fluxo de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto.	Presencial 08 h	Profissionais dos CREAS Municipais e Regionais	508 profissionais	Estado/União			
Oficina Discutindo as atribuições da Assistência Social/CREAS frente as medidas socioeducativas em meio fechado (Interno);		16 h	Equipes técnicas da CAMC e SEAS	10 profissionais				
Oficina	Fortalecendo a Proteção Social Especial de Média Complexidade nos municípios de Pequeno Porte I e II.	16 h	Técnicos de municípios de Pequeno Porte I e II.	151 profissionais.				

Encontro	O CREAS no acompanhamento ao descumprimento de condicionalidades do PBF.	08 h	Técnicos dos CREAS municipais e, Regionais.	107 municípios; 237 profissionais.	
Oficina	Oficina de atualização dos conteúdos PSE/MC para os municípios de Pequeno Porte I.	08 h	Técnicos dos municípios de Pequeno Porte I.	92 municípios; 276 profissionais.	
Oficina	O trabalho social com famílias e a construção do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF na Proteção Social Especial de Média Complexidade.	16 h	Técnicos dos CREAS municipais e Regionais.	107 municípios; 237 profissionais.	
Oficinas	II Oficina Regional. Tema: Interface CREAS e Conselho Tutelar.	16 h	Técnicos de Referência da PSE, de CREAS ou de Gestão, Conselheiros Tutelares, Representante dos CMDCA's,	2.352 profissionais 07 Regiões Administrativas.	Estado/União
Oficinas	Elaboração de orientações sobre as atribuições do Advogado na equipe interdisciplinar dos CREAS e Centro POP.	08 h	03 oficinas	45 profissionais	Estado/União
Atendimento na SPS	Demanda espontânea para a PSE/MC.	Presencial / e à distância	Municípios sem CREAS.	66 municípios; 66 técnicos.	Estado/União
Encontro	"As AEPETI's e a sua operacionalização no contexto atual".	08 h	65 municípios.	65 técnicos.	Estado/União
Encontro	O trabalho das equipes CREAS nos municípios com PTMC (idosos e PCD).	08 h	Municípios com o PTMC.	17 municípios; 40 participantes.	Estado/União
Oficina	Registro de dados e informações acerca das situações de violência e violação de		Vigilâncias Socioassistenciais e dos	252 profissionais.	Estado/União

	direitos na PSE/MC: como minimizar a subnotificação.	16 h	CREAS		
Encontro	Lançamento da Campanha de Combate ao Trabalho Infantil.	08 h	184 municípios.	200 participantes.	Estado/União
Encontro	Lançamento da Campanha de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	08 h	184 municípios.	200 participantes.	Estado/União
Oficina	A operacionalização do Sistema SIPIA/ SINASE – Oficina 01.	16 h	Vigilâncias Socioassistenciais, Coordenadores e técnicos dos CREAS	122 profissionais.	Estado/União
Oficina	Os parâmetros de atuação do SUAS frente a Lei nº 13.431/2017.	16 h	Técnicos dos CREAS	242 profissionais	Estado/União
Encontro	Igualdade de gênero nas relações público e privado.	08 h	Técnicos dos CREAS	243 profissionais.	Estado/União
Encontro	Diversidade sexual no âmbito do SUAS.	08 h	02 técnicos por município.	243 profissionais.	Estado/União
Encontro	O SUAS na promoção da igualdade racial e na defesa do respeito aos povos tradicionais.	08 h	02 técnicos por município.	243 profissionais.	Estado/União
Oficina	A dinâmica do atendimento e acompanhamento à População em Situação de Rua.	08 h	Técnicos de Gestão, Coordenadores e técnicos dos CREAS.	243 profissionais.	Estado/União

2-Ações Integradas

	Ações de Capacitação ou Formação Anos – 2020 a 2023									
Tipo de Ação *	Tema do Curso	Áreas Envolvidas	111011111111111111111111111111111111111		Metas	Recursos Financeiros (valor/ fonte)				
Capacitação Introdutória	A PSE (CREAS) e PSB (CRAS): interfaces existentes e as articulações necessárias.	PSB e PSE	Presencial 20 h	Técnicos da CAMC, da PSB e dos municípios.	556 profissionais 07 Regiões	Estado/União				

^{*} Tipo de Ação: Ações de capacitação: capacitação introdutória (carga horária entre 20 e inferior a 40 horas/aula), capacitação atualização (carga horária entre 40 e 100 horas/aula). Ações de formação: especialização (carga horária mínima de 360 horas/aula) e mestrado (cerca de 2 anos de curso).

ÁREA: Célula de Atenção a Alta Complexidade – CAAC

	Ações de Apoio Técnico – Anos 2020 a 2023								
Tipo de Ação		0	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (nº de trabalhadores/ nº de municípios)	Recursos Financeiros (valor/fonte)		
Oficina Técnico	de A		Orientações sobre o Prontuário Eletrônico do SUAS do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, parte II.		Equipe Técnica dos Serviços de Acolhimento do estado do Ceará.	180 profissionais 36 municípios (2020)			
Oficina Técnico	de A		Orientações sobre o Plano Individual de Atendimento – PIA dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	16 h	Equipe Técnica e Cuidadores dos Serviços de Acolhimento.		Aguardando recurso proveniente do		
Oficina Técnico	de A		Construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Serviço de Acolhimento.	16 h	Equipe Técnica dos Serviços de Acolhimento.	180 profissionais dos Serviços de Acolhimento Municípios	IGDSUAS		

				(2021)
Oficina de Apoio Técnico	Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	16 h	Profissionais dos Serviços de Acolhimento Regionalizados de gestão estadual.	Unidades Regionalizadas
Oficina Regionalizada de Apoio Técnico	O Papel do Conselho Tutelar e os Serviços de Acolhimento. Oficina: I, II, III, IV, V, VI.	16 h	Conselheiros Tutelares e Equipe Técnica dos Serviços de Acolhimento do Estado do Ceará.	Regiões de Planejamento
Oficina de Apoio Técnico	Dialogando sobre a rotina nos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	8 h	Equipe Técnica e Cuidadores dos Serviços de Acolhimento do Estado do Ceará.	
Oficina de Apoio Técnico	Formação para Cuidadores das Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	8 h	Cuidadores/Educadores dos Serviços de Acolhimento de Gestão Estadual.	100 profissionais Municípios (2020)
Encontro de Apoio Técnico	Encontro Debatendo a Sexualidade nos Serviços de Acolhimento.	8 h	Profissionais dos Serviços de Acolhimento do Estado do Ceará.	
Oficina de Apoio Técnico	Elaboração e Revisão dos Instrumentais das Unidades de Acolhimento.	16 h	Equipe Técnica e Cuidadores das Unidades de Acolhimento de Gestão	100 profissionais (2021)

					Estadual.	
Oficina Técnico	de .	Apoio	Metodologia do trabalho com Famílias nos Serviços de Acolhimento.	8 h	Equipe Técnica dos Serviços de Acolhimento e Técnicos dos CRAS e CREAS.	200 profissionais (2022)
Oficina Técnico	de	Apoio	Trabalhando com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.	8 h	Equipe dos Serviços de Acolhimento Institucional para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.	40 profissionais (2023)
Oficina Técnico	de .	Apoio	Cuidado e Proteção de Idosos em Serviço de Acolhimento Institucional.	8 h	Profissionais das Unidades de Acolhimento para Idosos.	80 profissionais 5 municípios (2021)
Oficina Técnico	de .	Apoio	Formação para Cuidadores das Unidades de Acolhimento para Idosos.	8 h	Cuidadores/Educadores dos Serviços de Acolhimento para Idosos do Estado do Ceará.	100 profissionais 5 municípios (2022)
Oficina Técnico	de .	Apoio	Cuidado e Proteção nos Serviços de Residências Inclusivas	16 h	Profissionais dos Serviços de Residências Inclusivas de gestão estadual.	100 profissionais (2021)
Oficina Técnico	de .	Apoio	Formação para Cuidadores das Unidades de Acolhimento em Residências Inclusivas.	8 h	Cuidadores/Educadores dos Serviços de Acolhimento em Residências Inclusivas.	80 profissionais (2023)

ÁREA: Célula de Atenção a Alta Complexidade – CAAC

	Ações de Educação Permanente – 2020 a 2023								
Tipo de Ação	Tema do Curso	Carga Horária	Público Alvo	Metas	Recursos Financeiros (valor/ fonte)				
Capacitação Introdutória	Seminário Trabalhando o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes nos Serviços de Acolhimento. Etapas: I, II e III.	Presencial / 24 h	Equipe Técnica e Cuidadores dos Serviços de Acolhimento do Estado do Ceará.	150 profissionais 36 municípios (2023)	Aguardando recurso proveniente do				
Capacitação Introdutória	Capacitação sobre o Serviço de Família Acolhedora.	Presencial / 24 h	Equipe Técnica dos Serviços Regionalizados na modalidade de Família Acolhedora e Sistema de Garantias de Direitos-SGD	60 profissionais. (2021 e 2022)	IGDSUAS				
Capacitação Introdutória	Curso: Orientações sobre o Serviço de Família Acolhedora. Turma: I; Turma: II; Turma: III	Presencial / 20 h	Famílias Acolhedoras cadastradas.	180 pessoas das famílias cadastradas. (2021 e 2022)					

ÁREA: Programa de Apoio às Reformas Sociais – PROARES III

Ações de Educação Permanente – 2020-2021								
Tipo de Ação	Tema da Ação	Modalidade/ Carga Horária	Público Alvo	Metas (n° de trabalhadores/ n° de municípios)	Recursos Financeiros (valor/ fonte)			
Capacitação de atualização	Capacitação em participação cidadã e	Presencial/ 40 horas (05	Membros dos Comitês municipais de planejamento participativo	260 participantes 80 municípios	R\$ 570.000,00 Banco			

	controle social	turmas)			Interamericano de Desenvolvimento – BID
Ações de formação: especialização	Curso de especialização latu sensu em gestão social	Presencial/ 360 horas (02 turmas)	I Drotieeionale dradijadoe am nival	80 participantes	R\$ 955.173,12 Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

OBSERVAÇÃO: AS AÇÕES DO PROARES III SÃO PARA O PERÍODO 2020 – 2021 POIS O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENCERRA EM JUNHO DE 2021.

7. MONITORAMENTO

O monitoramento é uma etapa essencial e indispensável em um planejamento com o objetivo de obter informações úteis sobre o desempenho do plano, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas, bem como, aspectos facilitadores e desafios a serem enfrentados durante o seu desenvolvimento, bem como, as possibilidades de superação dos desafios, de modo a aumentar a sua efetividade, eficiência e eficácia. Identificando, ainda, práticas mais eficientes e recolhendo lições e subsídios que possa ser retroalimentado e enfim para compreender de forma contextualizada e crítica, percebendo a necessidade de ações corretivas e subsidiar a tomada de decisões com vistas a promover o seu aperfeiçoamento ou garantir a permanência como inicialmente planejado.

Nessa perspectiva, o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente será monitorado semestralmente pelo comitê gestor sendo avaliado e revisado anualmente e de maneira específica ao final de cada curso, seminário e oficina.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação geral será executada com os coordenadores, técnicos e equipe de facilitadores da SPS e com as entidades parceiras ao final de cada ano e levará em consideração, a princípio, os seguintes indicadores:

- Cumprimento das metas e objetivos do Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente;
- Avanços constatados no processo de implementação do SUAS no que se refere aos aspectos da gestão, controle social e financiamento da Assistência Social;
- Nº de gestores, trabalhadores e conselheiros capacitados;
- Nº de municípios beneficiados;
- N° de trabalhadores capacitados por CRAS;
- N° de trabalhadores capacitados por CREAS;
- N° de trabalhadores capacitados por CENTROS POP:
- N° de trabalhadores da gestão capacitados por Município;
- N° de multiplicadores capacitados por Município:
- Nº de capacitações multiplicadas por trabalhadores e conselheiros no município:
- Recursos financeiros investidos.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados os relatórios de gestão, relatórios de monitoramento e assessoria, relatórios municipais sobre as capacitações multiplicadas e formulários de avaliação dos participantes.



NÚCLEO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - NUEEP - CEARÁ

Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Ceará - Nueep

Rua: Silva Paulet, 334 – Meireles T

Tel: (85) 3101-3007

CEP: 60.120.020 - Fortaleza/CE e-mail: nuepceara@gmail.com

PARECER Nº 001/2020 - Nueep/CE

O Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Ceará, instituído do por meio da Portaria Nº 087/2018, 08 de março de 2018, pelo Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, reunindo em Assembleia no dia 19 de agosto de 2019 e,

CONSIDERANDO que o Nueep/Suas-CE é uma instância de consulta e assessoramento do órgão gestor do Suas da esfera do governo estadual no que diz respeito à implementação da educação permanente dos trabalhadores, gestores e conselheiros; e

CONSIDERANDO a consulta realizada pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS/ Coordenação do Programa Criança Feliz, referente a Certificação do Plano Anual de Apoio Técnico aos Municípios e Educação Permanente do Estado do Ceará – 2019:

CONSIDERANDO que LOAS em seu Art.6º trata dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em especial, o Inciso V: Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; Art.24º Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços socioassistenciais.

CONSIDERANDO que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos SUAS — NOB/RH/SUAS ressalta o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais e reitera a importância da implantação e implementação da política de educação permanente e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não governamentais, usuários, entre outros atores, orientada por princípios éticos, políticos e profissionais, para garantir atendimento de qualidade na assistência social como política pública; e ainda, instituir, a partir do Plano Decenal, escola de educação permanente em parcerias com universidades públicas, privadas e confessionais, para os gestores, trabalhadores da área, conselheiros e usuários, respeitando as diferenças regionais e diversidades na proteção social básica e especial.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 17 de 20 de julho de 2011 que ratifica as equipes de referência e reconhece categorias de profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais; e a Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014 que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

CONSIDERANDO que a VIII Conferência Nacional de Assistência Social reitera, e pautou que a Gestão do Trabalho e delibera a constituição da Política de Capacitação Continuada, de acordo com a NOB/RH/SUAS; e a elaboração e implementação de planos Municipais, Estaduais, Distrito



Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Ceará - Nueep

Rua: Silva Paulet, 334 – Meireles

Tel: (85) 3101-3007

CEP: 60.120.020 - Fortaleza/CE e-mail: nuepceara@gmail.com

Federal e Nacional para formação dos trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB/RH/SUAS na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais em observância à resolução 17/2011 contemplando todos os trabalhadores do SUAS.

CONSIDERANDO e reconhecendo a importância do fortalecimento da assistência social, no processo de capacitação no âmbito do SUAS, que tem provocado uma discussão importante cujo eixo é a consolidação da Política Nacional de Educação Permanente e, tal demanda encontra-se aqui definida pela necessidade de implantação e implementação de uma educação permanente destinada aos recursos humanos da assistência social, resolve emitir parecer favorável a Execução e Certificação pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos — SPS, das ações do Plano de Apoio Técnico de Educação Permanente dos Gestores, Técnicos e Conselheiros do Suas de âmbitos Estadual e Municipal do Ceará, referente ao período 2020 a 2023.

Este parecer entra em vigor na data de sua publicação...

Fortaleza/CE, 21 de fevereiro de 2020

Célia Maria de Souza Melo Lima

Coordenadora Geral do Nueep/CE

Morria Pastoria da Silva

Hilbert Elon Rocha S. Marditho. Francisco Poinnuls de Convelho.

Descriptions bops

night leinilere loges de Brito



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Ceas-CE

Rua Silva Paulet, 334 – Meireles - Fortaleza – Ceará CEP: 60.120-020 Fones:(85) 3101-3007 (85) 3101-1562 ceas.ce@hotmail.com www.ceas.ce.gov.br

Número do documento: 2354604

RESOLUÇÃO Nº 033/2020

Dispõe sobre o Plano Estadual de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social – Suas de âmbito Estadual e Municipal – 2020-2023.

A Plenária **do CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e cumprindo inciso II do Art. 1º, da Lei Estadual de nº 12.531, de 21 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial em 06 de fevereiro de 1996 (Regimento Interno), reunião ordinária (remota), no dia 27 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO o artigo 13 da Lei de nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, DOU de 26/12/2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB/RH/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 do CNAS que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 2, de março de 2017 do CNAS que, aprova as prioridades e metas dos estados e Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Suas para o quadriênio 2016/2019;

CONSIDERANDO a Resolução nº 012/2020 da Comissão intergestores Bipartite – CIB-CE que pactua o Plano Estadual de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social – Suas de âmbito Estadual e Municipal – 2020-2023.

RESOLVE:

- **Art. 1º.** Aprovar o Plano Estadual de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social Suas de âmbito Estadual e Municipal 2020-2023.
- **Art. 2**°. Recomendar a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos SPS, realizar as adequações metodológicas e inclusão de novos conteúdos no referido Plano Estadual, de acordo com as ocorrências no cenário nacional e estadual decorrentes da pandemia pelo novo coronavirus (Covid-19).

Art. 3º. Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza/CE, 27 de agosto de 2020.

Cella Maria de Souza Melo Lima Presidente do Ceas-CE



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB – CE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÃO Nº012/2020

Pactua o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social – Suas do Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social.

A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB-CE, no uso de suas atribuições estabelecidas na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – 2012, aprovada em 12 de dezembro de 2012 e publicada no D.O.U, de 03 de janeiro de 2012 e conforme regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social – Loas, em Reunião Ordinária realizada em 26 de junho de 2020, e

CONSIDERANDO o artigo 13 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, DOU 26/12/2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 33, de 12 de dezembro de 2012 do CNAS que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS; e

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 2 de março de 2017 que aprova as prioridades e metas dos estados e Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Suas para o quadriênio 2016/2019.

RESOLVE PACTUAR:



Art. 1º. O Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social – Suas, a ser desenvolvido pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social.

Parágrafo único. O Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente que trata o caput deste artigo refere-se ao quadriênio 2020 a 2023.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza 26 de junho de 2020.

Francisco José Pontes Ibiapina Coordenador da Reunião Vanda Anselmo Braga dos Santos Presidente do COEGEMAS